

DA CONSCIÊNCIA COMPORTADA À DIALÉTICA DA EXISTÊNCIA

Um confronto entre DURKHEIM e FREUD

José Mendes de Oliveira(*)

RESUMO

O presente ensaio constitui o esboço de uma reflexão mais ampla desenvolvida em dissertação, cujo ponto central é o confronto teórico entre a ontologia do social durkheimiano e a teoria psicanalítica. Em tal embate procurou-se apreender a relação **indivíduo/sociedade** no âmbito de cada quadro teórico e problematizar a apreensão dos aspectos subjetivos na vida social pela teoria sociológica. Dois eixos foram considerados nesta reflexão - a cultura e o conhecimento -, enquanto vieses de observação da problemática. Através desses dois pontos, discute-se, em sentido epistemológico, a dificuldade da teoria sociológica em lidar com a subjetividade humana e sua influência nos fenômenos sociais.

O presente ensaio constitui o esboço de uma dissertação mais densa eu foi apresentada, sob o mesmo título, ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília em conclusão ao Curso de Mestrado. O trabalho elaborado teve como propósito precípuo estabelecer uma reflexão crítica e revisora, obviamente não extenuante ou de íntegra terminante, sobre um problema epistemológico que atinge

(*) José Mendes de Oliveira é Bacharel em Antropologia e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

o pensamento sociológico em dimensões que se estendem para além de sua vertente positivista, ou seja, a incapacidade teórica em lidar com os fenômenos concernentes à esfera subjetiva do homem em prol de uma perspectiva objetivadora do social. Parece ser evidente, enquanto traço marcante da sociologia, sua notável dificuldade em lidar com aspectos referentes à espontaneidade subjetiva e mais especificamente às manifestações de caráter afetivo. É assim que se estabelece de forma bastante axiomática, desde as primeiras tentativas de sistematização do pensamento sociológico, a dicotomia entre o afetivo e o racional enquanto pólos irredutíveis cuja relação é pressuposta em termos de uma superioridade e domínio do racional sobre o pulsional. Em âmbito sociológico esta dicotomia tem seu referente na relação indivíduo/sociedade, situando-se o social enquanto espaço legítimo de determinação das subjetividades.

Recorrendo às bases do pensamento sociológico, mais especificamente à teorização durkheimiana, encontramos o indivíduo e sua esfera de atuação como fato ontologicamente desautorizado para fundamentar a vida humana. O indivíduo concebido em termos de uma animalidade perniciosa - a esfera do homem voluptuoso -, cuja existência dever-se-á controlar curvando-a ao domínio da vida coletiva, espaço de expressão de uma espiritualidade cujo fundamento é a própria Razão capaz de conter os eflúvios das paixões, e fazer do homo animalis uma entidade moral, um ser sublime com uma "segunda natureza" grandiloquente. A moral enquanto expressão racional de uma alma coletiva conflitua-se com a corporeidade de um homem-depaixões, subjugando-a graças ao poder disciplinador da socialização e transformando-o em ser coletivo, o qual destituído da sociabilidade transformadora padecerá os inevitáveis limites da irracionalidade. Vê-se, portanto, a liberdade do indivíduo como produto do exercício de um logos coletivo. O sujeito, seja em suas atitudes mais passionais seja em termos de um desempenho cognitivo, torna-se elemento definido no e pelo consenso fora do qual a sua subjetividade constitui incivil mostra de insociabilidade.

Temos, portanto, no pensamento de Emile Durkheim, uma ontologia reducionista, a qual tomei como princípio de minha problemati-

zação na referida dissertação, orientando-me pelo questionamento sobre a possibilidade de uma teorização que concebesse a dimensão normativa do social e a sua relação com a ação individual sem deixar-se conduzir pela perspectiva reducionista e sistêmica de um consenso autoritário.

Neste sentido optei por estabelecer um confronto teórico entre a ontologia do social durkheimiano e a teoria psicanalítica, apropriando a teoria freudiana não só enquanto referencial teórico de contraposição analítica, mas como quadro teórico a ser também investigado no sentido de se identificar a "disposição" da relação indivíduo/sociedade em seu âmbito, abrindo-se assim, através da análise comparativa ou do cruzamento teórico, a possibilidade de um diálogo entre a perspectiva sociológica e a ótica psicológica, almejando com isso, sobretudo, repensar os aspectos "subjetivos" nas considerações da realidade social pela teoria sociológica. Com este intento procurei uma compreensão mais dinâmica entre as instâncias em consideração, esforçando-me em evitar a sedução por uma tendência mais sociocêntrica ou pelo solipsismo psicológico.

O ângulo através do qual circunscrevi e aprofundi minhas considerações foi o da consciência em sua expressão coletiva e individual ressaltando-se especificamente dois eixos orientadores: 1) O Eixo da Cultura, considerando-se aí o espaço das representações; e o 2) Eixo do Conhecimento, onde tomei como significativa a avaliação que cada quadro teórico desenvolve sobre as distorções da percepção e as implicações epistemológicas desta avaliação.

Para a consideração destes dois eixos parti do pressuposto de que a teoria psicanalítica, enquanto teoria crítica, possibilita um redimensionamento sociológico da relação indivíduo/sociedade em dois pontos:

1) Em primeiro lugar, ao colocar em questionamento a "filosofia do cogito" ou perspectiva cartesiana, através do deslocamento do sujeito para sua posição skhizo, ou seja, ao estabelecer a clivagem da subjetividade, possibilitando uma visão mais dialética do processo de cognição, e uma nova perspectiva para a problemática em

torno da consciência e da conscientização estabelecendo assim uma dialética da existência ao localizar o indivíduo enquanto sujeito interativo, cuja subjetividade firma-se em uma relação dialógica com o plano das normas coletivas.

2) Em segundo lugar, porém relacionado com o primeiro ponto, ao estabelecer um "princípio de construção do conhecimento" que relocaliza a problemática epistemológica afastando a "verdade" apriorística ou dada da interpretação positivista, para localizá-la, bem como a realidade social, enquanto projeções dos indivíduos em sociedade. O que implica uma dialogia entre o plano das representações e a vida psico-física dos indivíduos.

I - O Eixo da Cultura

A análise dos quadros teóricos mediante a consideração do primeiro eixo - o eixo da cultura - possibilitou-me verificar inicialmente, o que aqui situo em linhas gerais, que a análise durkheimiana sobre a sociedade parte de um princípio de redução em dois sentidos: o primeiro ao estabelecer o condicionamento da morfologia social à fisiologia social, e o segundo ao situar o social como entidade reflexiva fundada em um consensus omnium. A consequência da primeira redução manifesta-se na íntima vinculação que se faz entre o social enquanto o espaço de relações concretas entre os indivíduos e o sistema de representações coletivas. Considerando-se que tal sistema exprime o modo pelo qual a coletividade se concebe a si mesma em suas relações internas e externas, afere-se que a vida social é constituída de representações, pois a própria consciência coletiva, definida enquanto unidade de crenças, valores e sentimentos que particularizam o social enquanto entidade independente e auto-sustentada, só pode se externar via representações. Isso faz com que o sistema de relações sociais contextualize-se nas representações, cumprindo com a tendência em convergir as atividades sociais para o plano da cultura. O social adquire, portanto, a condi

ção de espaço moral destinado à hominização dos indivíduos estabelecendo-se, mediante uma postura teórica que se pretende racionalista, a subordinação da consciência individual à consciência coletiva. Desta forma, a segunda redução decorre da primeira e atinge particularmente a determinação da subjetividade do sujeito pela realidade social. A coletividade exerce um poder de socialização total sobre as consciências individuais, o que resulta na derivação e determinação das ações individuais pelos poderes morais e cognitivos do grupo. Disto decorre a contraposição do indivíduo ao social em termos do profano e do sagrado, ou mais genericamente do normal e patológico. Adquire-se o conhecimento da normalidade mediante a consideração do patológico, ou seja, o comportamento anômico surge como patologia social, ou mais precisamente como dessocialização enquanto ocorre afrouxamento ou quebra do poder de coerção da moral coletiva.

A confrontação deste panorama com o modelo freudiano revelou uma aproximação significativa quanto à tendência em ambas as teorias em estabelecer uma mesma perspectiva para o fenômeno cultural e reificar o social em termos de um telos hominizador. Pode-se admitir sem dúvidas que para as duas correntes a vida coletiva ergue-se na renúncia pulsional ou contenção do Princípio de Prazer. Não havendo entretanto concordância quanto à perspectiva do social sui generis ou superorgânico dotado de um poder reflexivo. O social freudiano, enquanto expressão de forças morais, situa-se no plano da economia da libido, tendo como atividade geradora básica os contra-investimentos ou sublimações secundárias, o que, em decorrência, anula a aceitabilidade de uma natureza gregária instintiva para os homens ou a existência natural do social.

Porém, a concordância quanto à renúncia pulsional aproxima, ou melhor, torna possível a aproximação do conceito durkheimiano de anomia e o conceito freudiano de neurose, pois ambos indicam um estado de dessocialização. Entretanto a equivalência é parcial, pois enquanto a anomia durkheimiana aponta em direção à perda do social com conseqüente indisciplina pulsional (portanto ocorre a fragilização da coerção), a neurose é apresentada como privatização dis-

cursiva e comportamental construída dentro e por interferência do próprio social repressor. Ocorre, portanto, uma dialética inexistente em Durkheim entre o Princípio de Prazer mais próximo à subjetividade e as imposições da vida coletiva, tendo em vista que a intromissão do normativo exigindo sacrifícios pulsionais superfluos conduz a comportamentos centralizadores. A angústia que se processa na neurose provém do estado de tensão entre forças contrárias cuja inteligibilidade não foge à própria inserção do indivíduo em um espaço simbólico que é sobretudo coercitivo, mas que exige também a compreensão da dinâmica psíquica definida ao nível do indivíduo.

Enquanto Durkheim só consegue perceber a interdição dos desejos e paixões em termos de uma permanência derivada e sustentada pela vida coletiva, Freud procura entendê-la dentro de um processo que não supera ou elimina de forma radical a face biopsicológica do homem, mas, ao contrário, tende a conceber a sociabilidade e suas imposições coercitivas em termos de um estado de constante tensão entre desejos, impulsos agressivos e fomentação de princípios éticos voltados ao gregarismo, cujo entendimento passa antes de tudo pelo conhecimento do comportamento anímico. Propõe-se, por conseguinte, um princípio interno não só moral de coordenação dos impulsos, mas também de manutenção orgânica da estabilidade de catexe. Em decorrência, a repressão não possui suas raízes somente na vida externa ou social, mas liga-se ao processo básico de perduração da existência resguardando-se o sistema psíquico de desconfortos e da própria auto-destruição. Isto tendo em vista que os processos primários do animismo correspondem a um princípio de inércia radical conduzidora à destruição, contida pelas elaborações secundárias. Neste sentido, a dinâmica pulsional constitui uma propriedade da existência do indivíduo que se relaciona não só com conteúdos psíquicos ou representacionais como também com o metabolismo orgânico. Tal princípio é válido sobretudo para se considerar, ao nível das estruturas psíquicas, a formação da consciência moral ou Super-ego enquanto instância constituída com a introjeção da autoridade. Em verdade, o seu processo de criação não condiz somente com

a relação unidirecional entre o sujeito socializado e a norma, mas envolve todo o organismo ao responder às finalidades das pulsões de conservação. O que equivale dizer que as interdições iniciadas desde os primeiros anos de vida respondem a uma proteção contra a destruição do organismo e a uma adequação aos princípios de realidade.

Tem-se em decorrência o processo de vida firmado no enfrentamento de dificuldades procedentes de dois lados: da natureza e do próprio meio social. Para o primeiro caso a motivação da vida edifica-se no engendramento da técnica para o domínio da natureza, procedendo-se para o segundo ao estabelecimento da coexistência ou a existência da liberdade civil.

Em ambos os casos - seja ao nível do conhecimento ou das instituições políticas -, o fomento à vida coletiva obedece a uma dialética interna à estrutura do Princípio do Prazer, o que poderia ser traduzido em termos do próprio desejo que engendra a sua negação. Isto implica diretamente, para a interpretação da consciência coletiva, que a lei ou a instituição soergue-se antes de tudo no desejo de negação do desejo. O que vale dizer que o comedimento de uma total liberdade em prol da convivência requer anteriormente uma tendência ou predisposição à renúncia pulsional.

Em direção contrária a esta análise de profundidade, a perspectiva durkheimiana não transcende o plano jurídico do pacto social, e em verdade privilegia a ótica das relações de contrato e complementariedade funcional, pressupondo-as legítimas e naturais. Com isso não há um esquadrinhamento dos estados de tensão que permeiam a vida contratual ou coletiva, e muito menos da tensão que se ergue na interioridade do sujeito decorrente da renúncia pulsional. Durkheim conserva a tendência racionalista em derivar o desejo do ato de pensar, que em sua teoria é determinado de acordo com os estados do cogito coletivo. Com isto perde-se a possibilidade de perceber as possíveis ocorrências de "degeneração do proibido", entendendo como tal a apropriação desigualitária do poder no campo de exercício da liberdade civil. O que justificaria plena

mente o princípio freudiano de que uma distribuição desigualitária das exigências renunciatórias tende a motivar o estado de angústia e até mesmo a alienação. Para Durkheim a avaliação do social é sem pre positiva, o que fundamenta o seu princípio eudemonista de cumprimento das normas e submissão aos desígnios da consciência coletiva.

Já para a perspectiva freudiana a consideração é mais dinâmica ao observar o embate entre forças pulsionais - incluindo especialmente o comportamento da libido - e o mundo exterior (social e físico), o que conduz a considerar uma condição existencial para o indivíduo na qual a felicidade, ou em outros termos, o prazer, tende a ser não somente uma conquista no cumprimento da norma, mas o produto de gratificações reais que os indivíduos podem conquistar concretizando seus desejos, e alterando as situações do mundo externo no sentido de torná-las adequadas para uma vivência mais satisfatória.

Em verdade, segundo o pensamento freudiano, a tensão entre o indivíduo e a sociedade - que se consubstancia sobretudo na própria dinâmica das instâncias psíquicas -, impõe como princípio de uma existência menos angustiante a libertação do Ego das imposições morais que se alojam na interioridade do sujeito, dos limites da realidade e das exigências pulsionais do Id. Constitui ponto ideal e princípio de amadurecimento do Ego, o controle consciencioso das necessidades pulsionais bem como dos limites impostos pela realidade. Isto teria como correspondente cultural a construção de uma realidade social mais justa e adequada às necessidades reais do indivíduo. O que se opõe obviamente às situações de grandes renúncias pulsionais sem gratificações equivalentes.

Pode-se portanto dizer que Durkheim e Freud partem do mesmo princípio de superestimação da cultura enquanto elemento ou meio de hominização do indivíduo, ressaltando-se entretanto que Freud é mais dialético e histórico em sua perspectiva. Mesmo assim, em ambos, o grupo social ou a formação coletiva possibilita lançar o indivíduo para fora de sua esfera privada incluindo-o em um espaço

de intersubjetividade.

Em termos da interação que se processa no espaço de transindividualidade, Durkheim tende a defini-la ao nível das formas de solidariedade, cuja essência o próprio pesquisador situa como fluida e inatingível. A consideração mais pormenorizada deste ponto revela-nos que a base da integração em Durkheim, embora não muito evidente, é tão afetiva quanto a que prescreve Freud, o que gera no seio da teorização durkheimiana forte tensão entre princípios psicológicos e a arraigada tentativa do pensador em estabelecer uma esfera científica dedicada à análise do fato social.

Não obstante, no confronto que se estabelece entre as duas correntes, é significativo observar que a teoria da libido, e mais especificamente a noção freudiana de identificação, constituem elementos teóricos que adicionam ou completam o modelo durkheimiano nas lacunas que surgem na aceção da relação indivíduo/sociedade. O conceito de Identificação enquanto designativo do processo relacional ou interpessoal é uma construção que adiciona ao modelo durkheimiano a dimensão mais microscópica da socialização e do gregarismo humano que lhe é ausente, além de esclarecer as bases afetivas da solidariedade. A equiparação de Egos, seja com ou sem eleição erótica, tem como aspecto importante que sua natureza é primariamente em qualquer circunstância emotiva. Além do que, a categoria Super-ego desponta aqui como instância psíquica influente, a qual constitui um acervo de ideais e paradigmas morais armazenados desde a infância, que determinam e influem em processos interacionais. O Super-ego é pois influente na Identificação na medida que o vemos relacionado ao desejo de ser igual a um "outro" que tem seu aparecimento na infância entre filhos e pais, e prolonga-se na socialização do indivíduo como expressão de quebra do narcisismo patológico e fortalecimento do altruísmo.

II - O Eixo do Conhecimento

Na consideração do segundo eixo - o do conhecimento - foi possível verificar que a perspectiva holística de Durkheim estabelece as condições da cognoscibilidade em dependência ao social, partindo-se do pressuposto de que a consciência individual está incapacitada para o ato de reflexão que fuja a esta condição, pois só há significação ou sentido para as ações, sejam elas afetivas ou cognitivas, em um espaço público tido como impessoal e objetivador. O argumento é, portanto, o de que a vida interior do indivíduo - sua dimensão psíquica - extrai de fora a sua matéria prima e somente é capaz de pensar os objetos ou pensar como pensá-los tendo como referência a consciência coletiva. Na realidade, Durkheim mantém para a consideração de seu social reflexivo uma postura cartesiana ao sujeitar o Ser à sua propriedade de pensamento, o que pode ser traduzido e identificado na defesa da consciência como único estado de definição do sujeito e do pensamento.

A perspectiva freudiana redimensiona também esta perspectiva teórica ao estabelecer a clivagem da subjetividade rompendo com a unidade da consciência. A localização da consciência enquanto função perceptiva, e o deslocamento ou descentramento do Eu processado com a identificação do Inconsciente, não nega a validade dos elementos transindividuais necessários ao ato cognitivo, mas passa a impor a inclusão do próprio sujeito no que concerne ao seu psiquismo mais interiorano e à sua organicidade.

Foge-se, por conseguinte, à tendência a situar a consciência individual enquanto epifenômeno da realidade coletiva, e o contato do sujeito com o mundo objetal adquire a dimensão de uma relação não só cognitiva ou consciente, acontecendo também em termos afetivos e de forma que nem sempre o sujeito possui um conhecimento objetivo a seu respeito. A libido em Freud é investida aos objetos, e o sujeito deseja em relação a eles, e estes objetos não se restringem às coisas do mundo físico ou social imediato. Em uma aluci

nação ou delírio, por exemplo, podemos ter referências a construções imaginárias que não são necessariamente existentes, não obstante o sujeito procure seus motivos representacionais no acervo simbólico do qual faz parte enquanto agente social. A complexidade do psiquismo revelada por Freud conduz à observação da cognição por um caminho diferente do cartesiano. Para Freud a consciência é apenas o locus anímico de percepções, que podem inclusive ser enganosas, e a elaboração do conhecimento estaria sendo processada realmente no Pré-consciente. Tal processo não só é passível da intromissão de conteúdos distorcíveis do Inconsciente ou da realidade exterior, como é, em sua própria estrutura, uma construção psíquica para interpretar o real, um modelo ou projeção.

Para Durkheim a realidade social enquanto plano que transcende as individualidades garante os critérios da precisão racional, o que implica atribuir a causa das distorções da percepção à intromissão da individualidade no processo cognitivo. Em outras palavras, as falsas percepções e os erros na atividade do pensamento advêm de uma perda do parâmetro social, o que obviamente exige como condição sine qua non a constante subordinação do indivíduo ao cogito coletivo.

No contexto freudiano a distorção da percepção ou do conhecimento seria também uma perturbação cuja ocorrência explicar-se-ia na "linguagem" específica da individualidade, porém, não em decorrência de uma oposição profana ao social, mas em consequência à própria pressão coerciva do social. Em verdade o social constitui com a individualidade uma relação complementar e dialógica, a qual podemos figurar na relação simétrica que se processa entre o discurso verbal Consciente e o discurso lacunar do Inconsciente. De acordo com esta perspectiva não há conhecimento puro ou apreensão fac simile da realidade, mas sempre um conhecimento fundado ou mediado por projeções ou simulacros construídos pelo sujeito. Mesmo em relações não imediatamente cognitivas a psicanálise vem demonstrar que há mediações, e mais precisamente nas relações eróticas presenciamos a influência das fantasias ou do imaginário. Portanto,

o processo cogitativo implica a observação de que o intra do sujeito ocasiona uma filtragem das percepções, e neste caso as impressões pessoais podem atingir o conhecimento formulado, geralmente de forma inintencional, evidenciando o fato de que o discurso lógico ou racional pode ser assaltado por uma subjetividade furtiva e inevidente. Vale entretanto deixar bem claro que estes assaltos distorcivos não correspondem somente a uma intromissão de conteúdos internos no discurso que se pretende objetivo, mas acontece em sentido inverso reforçando-se um princípio dinâmico, onde repressões externas podem impossibilitar ao indivíduo ver ou ter conhecimento de sua realidade e de suas necessidades mais intestinais, o que obviamente prejudica seriamente o auto-conhecimento (a formação de uma consciência ou percepção fidedigna de si) e o conhecimento lúcido da realidade exterior.

Torna-se mais evidente esta dinâmica referente à construção do conhecimento se considerarmos a própria estruturação das atividades psíquicas, ou seja, os processos cognitivos correspondem basicamente a estados de identidade, os quais se estabelecem mediante uma "prova de ensaio" internalizada que se efetiva em termos de regressões parciais no aparato anímico. Neste caso, ocorre uma inversão dos investimentos psíquicos estimulando os traços mnêmicos pré-conscientes em termos de um "exercício lógico" mediante o qual procura-se motivar as associações adequadas para uma correspondência entre pensamento, ação e realidade. Esta "prova de ensaio" dá-se de acordo com processos secundários de identidade mental, evitando-se os processos desiderativos de uma identidade de percepção. Há portanto no processo cognitivo a contenção de descargas imediatas e a pretensão de uma correspondência somente ao Princípio de Realidade. Pode-se dizer que o conhecimento surge em termos de modelos representacionais que buscam relações isomórficas com a realidade, o que inclui seguramente para o seu entendimento a consideração da estrutura anímica e especialmente a interdição dos impulsos pulsionais.

Há de se concordar com Durkheim, portanto, sobre a existência

de uma consciência coletiva, regular e com certa permanência, mas ela não é o termo de definição da consciência individual ou da subjetividade, pois a sua base encontra-se justamente no desejo de interdição do desejo, e se há um princípio de intenção e objetividade em sua existência há também a tensão oculta de sua negação. As representações obedecem, por conseguinte, não apenas a uma ordenação de intencionalidade mas constituem o locus de ocultamento de um desejo que a motiva. É portanto esta outra face a demonstração de que existe uma subjetividade atuante, como é também a sua existência a possibilidade de ocorrência das distorções representacionais.

Creio que o problema posto desta forma direciona a análise para o plano da interpretação, e aí situo a linguagem como fenômeno mais indicado para revelar-nos a mediação entre a consciência coletiva e a consciência individual ao evidenciar o intencional e o não intencional. A leitura de Freud permite-nos repensar as noções durkheimianas sobre a consciência à medida que teoriza, mesmo que de forma diagnóstica, sobre as incursões do Inconsciente no processo pré-consciente de formulação do discurso verbalizado, o que só vem provar que o sujeito não se esgota em seu enunciado. A dialética que se estabelece entre o pronunciado e o não pronunciado em termos do discurso revela a própria dinâmica de um eu descentrado, e traz fortes evidências de que o sujeito "é" precisamente onde não pensa ou racionaliza. Em decorrência, a intersubjetividade psicanalítica não é só a comunhão cognitiva de sinais ou conceitos que se julga pairar sobre as consciências individuais, ela se revela como consequência da renúncia pulsional, e por isso possui uma significação que se estende além da consciência perceptiva.

Vale acrescentar que a relação de reciprocidade que se estabelece na ação comunicativa não constitui, seja para Durkheim ou Freud, apenas a satisfação imediata e mecânica de exigências biológicas. A ela adiciona-se um valor semiológico ou de significação que se exterioriza no espaço intersubjetivo transformando o conjunto das relações sociais em fenômeno inteligível não só para quem

o vivencia mas também para aqueles que o observam analiticamente. Entretanto, a perspectiva freudiana vai além ao conseguir perceber os antecedentes da simbolização sistematizada ou objetiva ao indicar a natureza imagética do Inconsciente reprimido, e a condição pré-consciente ou latente dos traços acústicos. É mister observar que antes de uma aprendizagem gráfica das expressões comunicativas, o sujeito tem contato com sons e imagens processadas em seu imaginário, bem como passa por experiências psico-motoras as quais são acompanhadas de processos bioquímicos que deixam, como parte da pré-história do infante, as suas marcas no Inconsciente. Seria correto dizer que muito antes de ter domínio das formas intersubjetivas formais ou institucionalizadas, como a língua falada e escrita por exemplo, o sujeito acumula uma série de representações e sensações que influenciam em suas aprendizagens e comportamentos posteriores. A subjetividade, portanto, define-se também no contexto de uma pré-história do sujeito cujo registro psíquico só podemos supor existente em sua forma inconsciente. O indivíduo biológico, humanizado ou hominizado, é fruto não só de experiências quantitativas, de estímulos do meio físico e social, mas também qualitativas que transcendem a mera apreensão e controle consciente. A psicanálise possibilita perceber que junto às representações de coisas e palavras temos registros psíquicos que se situam ao nível da afetividade. As alterações somáticas, os sintomas e a própria fonção adquirem um sentido, uma qualificação, para o sujeito que as vivencia e para seus interlocutores graças à propriedade dialógica da expressão comunicativa (ou linguagem), no sentido de que estabelece relações não só com o plano das representações coletivas, mas também com a própria corporeidade psico-física dos indivíduos.

Acredito que neste sentido torna-se possível uma recuperação dos aspectos subjetivos no âmbito da análise sociológica, estabelecendo-se uma postura interpretativa que tenha na análise da cognição um meio de consideração das formas de construção e utilização dos símbolos, sem perder de vista as potencialidades criativas e as dimensões diagnosticáveis do sujeito. Não significa optar por uma substituição do método sociológico por princípios lingüísticos

ou psicológicos, mas estabelecer o diálogo de informações ou conhecimentos no sentido de superar os entraves que uma perspectiva holística e sociocêntrica impõe na consideração dos fenômenos coletivos. Vale portanto deixar evidente que a consideração do modelo durkheimiano não teve um intento impugnador, mas a autêntica predisposição de repensar problemas epistemológicos que perseguem a Teoria Sociológica desde os seus primórdios.

ABSTRACT

From the Behaved Conscience to the Dialectics of
Existence: a confrontation between Durkheim and Freud

This essay contains the outlines of a larger discussion developed in a thesis whose central point is the theoretical confrontation between Durkheim's social ontology and psycho-analytical theory. The main objective is to apprehend the relation between individual and society within each theoretical field and to discuss the apprehension of the subjective aspects of social life by sociological theory. Two main lines of analysis are here considered - those of culture and of knowledge - as points of view for the observation of the issue. These two lines suggest the epistemological discussion of the difficulties encountered by sociological theory in dealing with subjectivity and its influence on social phenomena.

RESUME

De la conscience sage à la dialectique de l'existence:
une confrontation entre Durkheim et Freud

Cet essai constitue l'ébauche d'une réflexion plus large développée en dissertation, dont le point central est une confrontation théorique entre l'ontologie du social durkheimienne et la théorie psychanalytique. L'objectif est d'appréhender le rapport individu/société dans chaque cadre théorique et problématiser l'appréhension des aspects subjectifs de la vie sociale par la théorie sociologique. Deux lignes de réflexion sont considérées - la culture et la connaissance - en tant que points de vue d'observation de la problématique. Par ces deux lignes, l'ont discute, dans le sens épistémologique, la difficulté de la théorie sociologique d'incorporer la subjectivité humaine et son influence sur les phénomènes sociaux.